

1º Exercício Avaliativo - 15/09/2024

1 - Uma empresa teve a sua falência requerida em janeiro de 2005, sendo que a sentença foi proferida em maio de 2005. Desta forma, qual a norma aplicável ao caso?

- a. Até a decisão o DL 7661/1945 e depois da decisão a Lei 11.101/2005.
- b. A Lei 11.101/2005 em todo o processo.
- c. A primeira e a segunda fase no DL 7661/1945, por ser a norma de vigência, mas a partir de junho, com vigência da LREF aplica-se ela em diante.
- d. Todo o processo será regido pelo DL 7661/1945.**
- e. A primeira fase da falência será regida pelo DL 7661/1945 e da decisão em diante a Lei 11.101/2005.

2 - A abrangência do termo Juízo do principal estabelecimento segundo o STJ é

- a. qualquer estabelecimento, desde que caracterizado como matriz ou sede de maior volume de negócios do devedor.
- b. qualquer estabelecimento, desde que caracterizado como sede de maior volume de negócios do devedor ou sede administrativa.**
- c. qualquer estabelecimento desde que seja a sede estatutária ou sede contratual.
- d. a sede real, que é o local em que se encontra registrado o contrato social ou o Estatuto.
- e. qualquer estabelecimento, desde que caracterizado como matriz ou sede administrativa.

3 - José da Silva, exercer a atividade de venda de biscoito na região administrativa de Ceilândia (sede matriz) e filiais nas Regiões administrativas de Taguatinga, de Samambaia, de Riacho Fundo e de Sobradinho, no Distrito Federal, a mais de 4 anos, sem nunca ter se utilizado da LREF (Lei 11.101/2005). Diante de uma crise econômico-financeira e preenchendo os requisitos legais deseja pleitear a recuperação judicial. Observando a legislação pertinente do Poder Judiciário do Distrito Federal, assinale o foro competente para a propositura.

- a. Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais de Taguatinga.
- b. Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais de Ceilândia.
- c. **Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal.**
- d. Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Riacho Fundo.
- e. Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais de Sobradinho.

4 - A sociedade laranja Ltda. explora a atividade rural e se encontra com o contrato social arquivado no Registro Público de Empresas mercantis.

A sociedade é devedora de vários credores, entre eles podemos apontar os seguintes créditos: (I) decorrentes de ~~contrato de leasing~~; (II) decorrentes de contrato de trabalho; (III) decorrente de comodato; (IV) ~~decorrente de compra e venda mercantil~~.

Quais os créditos podem fazer parte do processo de recuperação judicial? II

- a. I e II.
- b. II e III.
- c. I, III e IV.
- d. **II e IV.**
- e. I, II e IV.

5 - Acerca da LREF (Lei 11.101/2005) assinale a alternativa correta

- a. O litisconsórcio ativo na recuperação judicial é permitido em caso de consolidação processual, situação na qual teremos um único pedido e um único plano para todos os devedores.
- b. O produtor rural poderá pedir recuperação judicial, mesmo que não esteja registrado na junta comercial, visto que a prova de sua regularidade será determinada pela declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ.
- c. Ao pedir a recuperação judicial do devedor, o credor deverá apresentar relação de próprio punho de todas as ações que figura no polo passivo.

- d. **Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.**
- e. Ao ser requerida a recuperação judicial deve o devedor apresentar os meios de superação da crise econômica-financeira.

6 - Qual das sociedades não pode sofrer recuperação:

- a. A sociedade em nome coletivo.
- b. A sociedade anônima
- c. A sociedade comandita por ações.
- d. A sociedade comandita simples
- e. **A sociedade em conta de participação.** Porque não tem personalidade jurídica

7 - A Lei 11.101/05 determina que “Esta Lei disciplina a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, doravante referidos simplesmente como devedor”.

Sendo assim, assinale a alternativa correta:

- a. A crise de rigidez e de eficiência são importantes para a caracterização da falência e também para a recuperação judicial
- ~~b. A crise organizacional é importante para a caracterização da falência, mas não da recuperação judicial~~
- c. A crise econômico-financeira é importante para a caracterização da falência e também para a recuperação judicial**
- ~~d. A crise econômico-financeira é importante para a caracterização da falência, mas não da recuperação judicial~~
- e. A crise patrimonial é importante para a caracterização da falência, mas não da recuperação judicial

8 - A sociedade empresária Bar limpo Ltda. contestou um pedido de falência, apresentando um pedido de recuperação judicial. Após analisar o pedido de recuperação, feito no prazo de contestação de um pedido de falência, o juiz indeferiu a recuperação. O devedor apresentou o recurso cabível e o tribunal manteve a decisão, negando o pedido de recuperação, ocorrendo o trânsito em julgado. Diante da situação, assinale a alternativa correta.

- ~~a. O pedido de recuperação judicial será convertido em recuperação extrajudicial.~~
- b. Tanto o pedido de recuperação como o pedido de falência serão arquivados.

~~c. O pedido de falência será arquivado e o juiz diante do princípio da preservação da empresa deferirá a recuperação.~~

d. O pedido de recuperação será arquivado e a falência será decretada.

~~e. Cabe aos credores a decisão de qual processo será dado continuidade, se o de recuperação ou o de falência.~~

9 - Foi deferido o processamento da recuperação judicial da empresa Brasil Liderança comércio de alimentos Ltda.

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

I) ao elaborar a petição inicial de recuperação judicial o devedor deve informar todos os credores, inclusive os fiscais.

PORQUE

(II) um dos princípios norteadores é transparência, visto que é necessário apresentar a relação completa dos credores do devedor.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- b. As asserções I e II são proposições falsas.
- c. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- d. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.**
- e. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

10 - A LREF estipula os sujeitos e os critérios para o pedido da recuperação judicial. A esse respeito, avalie as afirmações a seguir:

(I) A pessoa física considerada como empresário individual sofre a incidência da LFRE.

(II) A insolvência civil é um dos mecanismos para solução das crises das empresas.

(III) A dívida civil e a empresarial, contraída pelo devedor durante o processo de recuperação judicial estão vinculadas ao plano de recuperação judicial;

(IV) Não se pode exigir do devedor, na falência ou recuperação judicial as despesas que os credores fizeram para tomar parte na recuperação judicial ou na falência, salvo as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor.

Assinale a alternativa correta

a. I e IV.

b. II e III.

c. I e III.

d. III e IV.

e. I e II.

2º Exercício Avaliativo - 15/09/2024

1 - O juiz competente para deferir o processamento da recuperação nomeou como Administrador Judicial o Senhor Antônio José, que assinou o termo e iniciou as suas atividades. Desta forma assinale a alternativa correta acerca das suas funções restritas a recuperação: Art. 21 a 34 da LREF

- a. contratar, mediante autorização judicial, profissionais ou empresas especializadas para, quando necessário, auxiliá-lo no exercício de suas funções.**
- b. avaliar os bens arrecadados da empresa em recuperação judicial, podendo inclusive vender os bens que são de propriedade da empresa em recuperação. x
- c. arrecadar os bens e documentos do devedor e elaborar o auto de arrecadação e manter os bens sob sua responsabilidade. x
- d. representar o devedor em juízo, contratando, se necessário, advogado, cujos honorários serão previamente ajustados e aprovados pelo Comitê de Credores. representa na falência
- e. praticar os atos necessários à realização do ativo e ao pagamento dos credores no processo de recuperação. x

2 - A Lei 11.101/05 determina que “Esta Lei disciplina a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, doravante referidos simplesmente como devedor”. Sendo assim, assinale a alternativa correta que esteja em confirmada com a LREF e a Lei 14.193/2021:

- a. Um clube de futebol poderá pedir recuperação judicial, mesmo sendo considerada como uma associação.**
- b. Uma sociedade limitada que explora atividade de plano de saúde poderá pedir recuperação judicial na forma da LREF. (errado. somente cooperativa de plano de saúde)
- c. As instituições bancárias estão subordinadas às regras da Lei 11.101/05, caso estejam em uma crise econômico-financeira. banco não pede recuperação

- d. A cooperativa de crédito por ser considerada pelo mercado como uma sociedade empresária poderá sofrer a incidência da Lei 11.101/05. **cooperativa de crédito é banco, que não pede recuperação**
- e. A sociedade limitada unipessoal e seu dono poderão ser sujeitos passivo na recuperação de empresas e falência. **dono não pode pedir**

3 - O administrador judicial faz jus a uma remuneração, observados a capacidade de pagamento do devedor, o grau de complexidade do trabalho e os valores praticados no mercado para o desempenho de atividades semelhantes. Considerando esse contexto e as regras da recuperação judicial, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

(I) Em qualquer hipótese, o total pago ao administrador judicial não excederá 5% (cinco por cento) do valor de venda dos bens do devedor submetido a recuperação na recuperação é o valor da dívida

PORQUE

(II) o crédito do administrador é considerado como equiparado ao trabalhista concursal. (extraconcursal)

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
- b. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- c. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- d. As asserções I e II são proposições falsas.**
- e. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.

4 - Recuperação judicial é a reorganização econômica, administrativa e financeira de uma empresa, feita com a intermediação da Justiça, para evitar a sua falência. Desta forma, assinale a alternativa correta:

- a. O devedor poderá desistir do pedido de recuperação judicial após o deferimento de seu processamento, independentemente se obtiver aprovação da desistência na assembleia-geral de credores.

- b. Com o requerimento da recuperação judicial deve ser nomeado o administrador judicial (com a publicação da decisão de rj, o juiz intima o aj)
- c. Os credores do devedor em recuperação judicial não conservam seus direitos e privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso. **conservam**
- d. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.
- e. Na recuperação judicial de companhia aberta e fechada, serão obrigatórios a formação e o funcionamento do conselho fiscal, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, enquanto durar a fase da recuperação judicial, incluído o período de cumprimento das obrigações assumidas pelo plano de recuperação.

5 - O administrador judicial é uma pessoa nomeado pelo juiz do principal estabelecimento do devedor. A esse respeito, avalie as afirmações a seguir.

(I) o representante da empresa em recuperação será substituído pelo Administrador judicial quando do deferimento da recuperação.

II) pode ser nomeado como Administrador judicial uma sociedade, que ao tomar posse deverá indicar o sócio que atuará na recuperação judicial, que poderá ser substituído juiz.

(III) a empresa que for atuar como administrador judicial deve ser especializada.
(certo)

(IV) a pessoa natural que for nomeada como administradora judicial deve ser profissional idôneo, preferencialmente advogado, economista, administrador de empresas ou contador. **(certo)**

É correto apenas o que se afirma em:

- a. I e III **x**
- b. II e IV
- c. **III e IV**
- d. I, II e III **x**
- e. I, II e IV

6 - A empresa Karino sorvetes Ltda distribuiu o seu pedido de recuperação e após análise dos elementos o juiz do principal estabelecimento deferiu o processamento da recuperação. A esse respeito, avalie as afirmações a seguir.

(I) a recuperação judicial, as suspensões das prescrições perdurarão pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado do deferimento do processamento da recuperação, prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional, desde que o devedor não haja concorrido com a superação do lapso temporal. (errado)

(II) É vedada atribuição de responsabilidade a terceiros em decorrência do mero inadimplemento de obrigações do devedor falido ou em recuperação judicial, ressalvadas as garantias reais e fidejussórias, bem como as demais hipóteses reguladas pela LREF.

(III) Na recuperação judicial, o administrador judicial tem competência para requerer a falência do devedor no caso de descumprimento de obrigação assumida no plano de recuperação.

(IV) As execuções de natureza fiscal são suspensas pelo deferimento da recuperação judicial, ressalvada a concessão de parcelamento nos termos do Código Tributário Nacional e da legislação ordinária específica.

É correto apenas o que se afirma em:

- a. I e III
- b. II e IV
- c. I, II e IV
- d. **I, II e III**
- e. III e IV

7 - Ao deferir o processamento da recuperação judicial, o magistrado determina diversas providências para andamento da recuperação judicial. Assinale a alternativa correta

a. determinará a **interrupção** da prescrição pelo prazo de 180 dias, contados do deferimento da recuperação. (**suspensão**)

b. determinará ao devedor a apresentação de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores (art 52, IV)

c. determinará a convocação de todos os credores para habilitarem os seus créditos no processo de recuperação **contados da decisão** que defere o processamento da recuperação. (**contados do edital da decisão**)

d. ordenará a intimação do Ministério Público e **comunicará** as Fazendas Públicas Federal e de todos os Estados e Municípios em que o devedor tiver estabelecimento. (**errado**)

e. ordenará a Junta comercial a inscrição da expressão "**falido** em recuperação judicial" e a exclusão da empresa do cadastro negativo de dívidas

8 - Antônio é credor de uma empresa em recuperação judicial, observando o edital publicado pelo juiz em decorrência do deferimento da recuperação, pode constatar que seu crédito não estava incluído.

Deseja requerer a sua inclusão e participar da assembleia geral de credores de análise do plano de recuperação

a. O pedido é direcionado ao juiz da causa de forma judicial ordinária

b. O pedido é direcionado ao administrador judicial da causa de forma judicial

c. O pedido é direcionado ao administrador judicial da causa de forma administrativa

d. O pedido é direcionado ao juiz da causa de forma judicial retardatária

e. O pedido é direcionado ao juiz da causa de forma administrativa

9 - Deve haver a idoneidade moral onde o escolhido não poderia ter praticado atos passíveis de repercutir negativamente na condução das determinações legais. Deve possuir idoneidade técnica, pois deve conhecer do ramo de atividade do falido. Necessita de idoneidade profissional, pois deve preferencialmente se enquadrar nas profissões apresentadas na norma. E por último deve ter idoneidade financeira por causa da sua responsabilidade “pelos prejuízos causados à massa falida, ao devedor ou aos credores por dolo ou culpa” (art. 32, da LREF).

A esse respeito, avalie as afirmações a seguir.

(I) O AJ que foi destituída nos últimos 5 anos que teve as contas desaprovadas se encontra impedido de ser administrador judicial.

(II) o Administrador judicial poderá ser substituído de ofício, sendo que o magistrado deverá indicar o substituto na mesma decisão.

não pode de ofício

(III) O Administrador Judicial tão logo nomeado, será intimado, pessoalmente para, assinar, em quarenta e oito horas, na sede juízo o termo de compromisso de bem e fielmente desempenhar o cargo e assumir todas as responsabilidades e deveres a ele inerentes.

(IV) Poderá ser nomeado como administrador judicial o advogado do devedor.
errada

É correto apenas o que se afirma em:

a. III e IV

b. II e IV

c. I e III

d. I, II e IV

e. I, II e III

10 - Caberá ao devedor em recuperação arcar com as despesas relativas à remuneração do administrador judicial e das pessoas eventualmente contratadas para auxiliá-lo. Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

(I) O Administrador Judicial é um órgão criado pela LREF para proteger os interesses das partes (credores e devedor)

PORQUE

(II) as atividades do AJ possuem natureza jurídica de órgão auxiliar do Juízo, cumprindo verdadeiro múnus público. certo

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- b. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- c. As asserções I e II são proposições falsas.
- d. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- e. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.

3º EXERCÍCIO AVALIATIVO - 15/09/2024

1. O plano de recuperação judicial deverá ser apresentado pelo devedor

- a. no prazo assinalado pelo Juiz, não superior a 60 (sessenta) dias.

- b. em Juízo no prazo de 120 (cento e vinte) dias da publicação da decisão do Juiz que deferir o processamento da **recuperação judicial**.
- c. no prazo assinalado pelo Juiz, superior a 60 (sessenta) dias.
- d. no prazo assinalado pelo Juiz, não superior a 120 (cento e vinte) dias.
- e. **em Juízo no prazo de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão do Juiz que deferir o processamento da recuperação judicial.**

2. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica. Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas

I - A petição inicial de recuperação judicial será instruída com as demonstrações contábeis relativas aos 5 (cinco) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de relatório gerencial relativo ao balanço patrimonial anual.

PORQUE

II - Estando em termos a documentação exigida que deve instruir a petição inicial, o juiz deferirá o processamento da recuperação judicial e, no mesmo ato, determinará ao devedor a apresentação de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta

- a. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- b. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
- c. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- d. **As asserções I e II são proposições falsas**
- e. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.

3. A pessoa jurídica empresária “ABC Ltda” deixou de satisfazer as obrigações tributárias municipais. Após regular constituição da dívida ativa e ajuizamento das execuções fiscais, foi homologado judicialmente pedido de recuperação judicial. Acerca do caso hipotético relatado, assinale a alternativa correta.

- a. As execuções fiscais devem ser deslocadas para o juízo universal da recuperação judicial.
- b. As execuções fiscais ficam automaticamente suspensas em razão do deferimento do pedido de recuperação judicial.
- c. A depender da situação econômica da empresa, em especial tendo em vista o princípio da função social da empresa, pode o juiz, discricionariamente, decidir pela suspensão das execuções fiscais.
- d. A competência do juízo da recuperação judicial para determinar a substituição dos atos de constrição que recaiam sobre bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial até o encerramento da recuperação judicial, a qual será implementada mediante a cooperação jurisdicional
- e. O produto dos atos de constrição patrimonial realizados no juízo de execução fiscal deve permanecer no juízo da execução, não podendo, nem mesmo eventual excedente, ser direcionado ao juízo universal.

4. O plano de recuperação judicial como negócio privado realizado entre o devedor em crise econômico-financeira e seus credores para apreciar os limites do princípio da autonomia privada e negocial. A esse respeito, avalie as afirmações a seguir:

(I) O plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 1 (um) ano para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial.

(II) Na alienação de bem objeto de garantia real, a supressão da garantia ou sua substituição somente serão admitidas mediante aprovação expressa do credor titular da respectiva garantia.

(III) Nos créditos em moeda estrangeira, a variação cambial será conservada como parâmetro de indexação da correspondente obrigação e só poderá ser afastada se o credor titular do respectivo crédito aprovar expressamente previsão diversa no plano de **recuperação judicial**.

(IV) O plano deverá prever o prazo máximo de pagamento dos créditos não trabalhista em 2 (dois) anos.

É correto apenas o que se afirma em

- a. II e III
- b. I e II
- c. I, II e III**
- d. I, II, III e IV
- e. I, III e IV

5. O administrador com base nas informações colhidas no processo, deverá construir seu edital no prazo de

- a. 45 dias contados do fim do prazo das habilitações e divergências administrativas**
- b. 30 dias contados do fim do prazo das habilitações e divergências administrativas
- c. não há prazo legal, devendo aguardar a determinação judicial para criar o Quadro Geral de Credores
- d. 60 dias contados do fim do prazo das habilitações e divergências administrativas
- e. 15 dias contados do fim do prazo das habilitações e divergências administrativas

6. A Lei de **Recuperação Judicial**, Extrajudicial e Falência (Lei nº 11.101/2005) é inspirada por dois princípios complementares: de um lado, a preservação de empresas economicamente viáveis; de outro, a retirada do mercado daquelas consideradas inviáveis ou nocivas à economia. Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

(I) Estão sujeitos à **recuperação judicial** todos os créditos existentes na data do deferimento do processamento da recuperação, ainda que não vencidos **na data do pedido**

PORQUE

(II) a **recuperação judicial** somente passa a ser obrigatória aos credores depois do deferimento do processamento. **da concessão/homologação**

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- b. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- c. **As asserções I e II são proposições falsas.**
- d. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
- e. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

7. A empresa K-lote empreendimento pretende apresentar o seu plano de recuperação. A esse respeito, avalie as afirmações a seguir.

(I) o plano deve conter os meios de recuperação de forma pormenorizada.

(II) o plano deve conter a forma de pagamento dos credores extraconcursais.

(III) demonstração de sua viabilidade econômica.

(IV) o laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada.

É correto apenas o que se afirma em

- a. II e IV

- b. I, II e III
- c. I, II e IV
- d. I, II, III e IV
- e. I, III e IV

8. O credor José Augusto, possui um cheque e ao observar o edital da decisão de deferimento da recuperação judicial, no dia seguinte a sua publicação, verificou que seu crédito não estava no edital. Desta forma, assinale a alternativa correta quanto ao procedimento que deve adotar

- a. o pedido de habilitação judicial retardatário direcionado ao Administrador Judicial
- b. o pedido de habilitação administrativa direcionada ao Juiz
- c. o pedido de habilitação judicial direcionado ao Administrador Judicial
- d. o pedido de habilitação administrativo direcionado ao Administrador Judicial.
- e. o pedido de habilitação judicial retardatário direcionado ao juiz do principal estabelecimento do devedor

9. A fase de verificação e habilitação de créditos é o conjunto de atos não judiciais destinados à apuração, pelo administrador judicial, do passivo do devedor, concluindo-se com a elaboração do edital de consolidação do quadro geral de credores, ou seja, com base neste procedimento administrativo é que teremos a formação da massa falida subjetiva e o passivo total dos créditos sujeitos a recuperação judicial, podendo ocorrer modificações futuras. A esse respeito, avalie as afirmações a seguir.

(I) As habilitações de crédito retardatárias, se apresentadas antes da homologação do quadro-geral de credores, serão recebidas como impugnação e processadas na forma dos arts. 13 a 15 desta Lei.

(II) Após a homologação do quadro-geral de credores, aqueles que não habilitaram seu crédito poderão, observado, no que couber, o procedimento ordinário previsto no Código de Processo Civil, requerer ao juízo da falência ou da recuperação judicial a retificação do quadro-geral para inclusão do respectivo crédito.

(III) A verificação dos créditos será realizada pelo administrador judicial, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores, podendo contar com o auxílio de profissionais ou empresas especializadas.

(IV) O administrador judicial, o Comitê, qualquer credor ou o representante do Ministério Público poderá, até o encerramento da **recuperação judicial** ou da falência, observado, no que couber, o procedimento ordinário previsto no Código de Processo Civil, pedir a exclusão, outra classificação ou a retificação de qualquer crédito, nos casos de descoberta de falsidade, dolo, simulação, fraude, erro essencial ou, ainda, documentos ignorados na época do julgamento do crédito ou da inclusão no quadro-geral de credores.

É correto apenas o que se afirma em

- a. II, III e IV
- b. I, II e IV
- c. I, II, III e IV
- d. I, III e IV
- e. I, II e III

10. Considerando as disposições da Lei Federal nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, que regulamenta a **recuperação judicial**, a recuperação extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. A esse respeito, avalie as afirmações a seguir.

I - em uma ação de **recuperação judicial** ou de falência o administrador judicial poderá ser um médico, um museólogo, um bibliotecário ou um químico, desde que este seja um profissional idôneo.

II - a **recuperação judicial**, ao promover o afastamento do devedor de suas atividades, visa a preservar e otimizar a utilização produtiva dos bens, ativos e recursos produtivos, inclusive os intangíveis, da empresa.

III - O juiz fixará o valor e a forma de pagamento da remuneração do administrador judicial, observados a capacidade de pagamento do devedor, o grau de complexidade do trabalho e os valores praticados no mercado para o desempenho de atividades semelhantes.

IV - Estão sujeitos à **recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.**

É correto apenas o que se afirma em

- a. I, II e III
- b. II e IV
- c. I e II
- d. III e IV
- e. I, III e IV

Questionário 4

1 - A Assembleia Geral de Credores (AGC) é ato de grande importância para o procedimento da [recuperação judicial](#), que não encontra similar no processo civil brasileiro. Trata-se da ocasião em que os credores, divididos em 4 classes, se reúnem para deliberar sobre matérias de interesse comum e, em especial, para a aprovação ou rejeição do plano de [recuperação judicial](#) apresentado pela empresa devedora.

A esse respeito, avalie as afirmações a seguir.

(I) A assembleia geral de credores para deliberar sobre o plano de [recuperação judicial](#) é una, podendo ser realizada em uma ou mais sessões, das quais participarão ou serão considerados presentes apenas os credores que firmaram a lista de presença encerrada na sessão em que instalada a assembleia geral; **certo – art 37 § 3**

(II) Nas deliberações sobre o plano de [recuperação judicial](#), todas as classes de credores referidas no art. 41 desta Lei deverão aprovar a proposta, **observando o quorum legal de aprovação – art 45**

(III) No caso de posterior invalidação de deliberação da assembléia, ficam resguardados os direitos de terceiros de boa-fé, respondendo os credores que aprovarem a deliberação pelos prejuízos comprovados causados por dolo ou culpa. **Certo – art 39 § 3**

(IV) Na [recuperação judicial](#), para fins exclusivos de votação em assembléia-geral, o crédito em moeda estrangeira será convertido para moeda nacional pelo câmbio pelo sentença que defere o processamento. **Pelo cambio da data de realização da assembleia**

É correto apenas o que se afirma em

- a. I, II e III x
- b. I e III**
- c. I, II e IV x
- d. I e II x
- e. II e IV x

2 - Como a [recuperação judicial](#) tem a natureza de um acordo, é essencial o encontro entre as vontades do devedor e dos seus credores. Para que esse encontro de vontades ocorra, o devedor deverá tomar a iniciativa, apresentando uma proposta inicial de acordo, o plano de [recuperação judicial](#). Tal proposta só produzirá efeitos se for aceita pelos credores. Em razão disso, todos os credores devem ter a chance de se manifestar sobre o plano de [recuperação judicial](#).

A esse respeito, avalie as afirmações a seguir.

(I) Para que os credores tenham conhecimento do conteúdo da proposta de acordo e possam se manifestar, a lei impõe a publicação de um edital avisando aos credores sobre a entrega do plano em juiz; **sobre o recebimento do plano – art 53 §u**

(II) Caso os credores concordem com o plano apresentado, eles devem aprová-lo, a princípio de forma tácita, isto é, sem se manifestar; **certo**

(III) O plano apresentado pelo devedor deve ser publicado na íntegra para que os credores possam ter acesso às suas regras. **Publicado apenas a existência**

(IV) O credor poderá apresentar o plano alternativo dentro do prazo de 60 a 180 dias do deferimento do processamento da Recuperação judicial. **180 dias**

É correto apenas o que se afirma em

- a. I e III
- b. II e IV
- c. I e II**
- d. I, II e III
- e. I, II e IV

3 - A empresa XYZ construção civil Ltda requereu a sua recuperação judicial. O pedido foi aceito pelo juízo do principal estabelecimento do devedor. Foi aberto o prazo para a habilitações de credores e também para o plano ser apresentado. O edital do Administrador Judicial foi apresentado, assim como o plano de recuperação. No entanto, o plano teve duas objeções. O Juiz determinou a instalação de credores. Ocorreu a instalação somente na segunda convocação. Temos os seguintes credores e créditos: Com base na história e na tabela apresentada:

A classe I tem 295 credores com uma dívida total de 295 mil reais, sendo que apenas 100 credores estavam presentes na 2 convocação, sendo que cada um dos credores tem o valor igualitária de mil reais. O plano teve aprovação de 55 credores;

A classe II, tem 3 credores, com um total de 150 mil, sendo que os três compareceram na segunda na 2 convocação, sendo que o credor (a) tem o crédito de 100 mil, o credor (b) tem o crédito de 30 mil e o credor (c) o crédito de 20 mil. O plano teve aprovação dos credores (a) e (b).

A classe III, tem 3 credores, com um total de 200 mil, sendo que os três compareceram na segunda na 2 convocação, sendo que o credor (a) tem o crédito de 100 mil, o credor (b) tem o crédito de 30 mil e o credor (c) o crédito de 70 mil. Teve aprovação dos credores (b) e (c).

A classe IV tem 197 credores com uma dívida total de 197 mil reais, sendo que apenas 50 credores estavam presentes na 2 convocação, sendo que cada um dos credores tem o valor igualitária de mil reais. O plano teve aprovação de 30 credores;

Assinale a alternativa correta

- a. conclui-se que o plano de recuperação judicial poderá ser aprovado de forma extraordinária, tendo em vista que a classe III, teve aprovação de 50% dos valores presentes em assembleia, além de preencher os demais requisitos legais.**

- b. conclui-se que o plano de [recuperação judicial](#) poderá ser aprovado de forma ordinária, tendo em vista que a classe III, teve aprovação de 50% dos valores presentes em assembleia, além de preencher os demais requisitos legais.
- c. conclui-se que o plano de [recuperação judicial](#) poderá ser reprovado de forma extraordinária, tendo em vista que a classe III, pois estavam presente 3 credores dos 5 habilitados, mesmo que tenha preenchido os demais requisitos legais
- d. conclui-se que o plano de [recuperação judicial](#) deve ser reprovado, pois o valor total dos créditos que aprovaram não corresponde a maioria qualificada de credores existentes na habilitação, mesmo que tenha preenchido os demais requisitos legais
- e. conclui-se que o plano de [recuperação judicial](#) poderá ser aprovado de forma ordinária, tendo em vista que a classe I, teve aprovação de menos de 60% dos credores presentes em assembleia, além de preencher os demais requisitos legais

4 - Assinale a alternativa correta:

- a. Na [recuperação judicial](#), para fins exclusivos de votação em assembléia-geral, o crédito em moeda estrangeira será convertido para moeda nacional pelo câmbio da véspera da data de realização da assembléia. **Art 38 §u**
- b. O credor terá direito a voto e será considerado para fins de verificação de quorum de deliberação mesmo se o plano de [recuperação judicial](#) manter o valor ou as condições originais de pagamento de seu crédito.
- c. Compete a assembleia geral de credores nomear os membros do comitê de credores
- d. O plenário é a manifestação conjunta de todos os credores sem a divisão em classes, sendo que a situação da planaria é forma que ocorrerá quando da análise do plano.
- e. As deliberações da assembleia são tomadas por votos sempre secretos, levando em conta o valor dos créditos e não o número de credores.. **art 38**

5 - O credor XVITROL Empreendimentos ME teve o seu crédito inserido na lista do Administrador Judicial como crédito quirografário. Durante a realização da assembleia geral de credores para aprovação do plano de [recuperação judicial](#), o seu voto foi computado como quirografário, sendo que o plano foi aprovado. Tempos depois o judiciário determinou a modificação da classificação do crédito do credor XVITROL Empreendimentos ME para privilégio especial.

Sendo assim, assinale a alternativa correta em relação a qual seria a consequência da mudança da classificação do crédito para a validade da votação de aprovação do plano de recuperação

- a. o plano de [recuperação judicial](#) aprovado poderá ser válido ou inválido, visto que se o voto foi fundamental para aprovação do plano, deverá a assembleia se reunir e votar novamente, observando a nova regra do quadro geral de credores.

- b. o plano de recuperação judicial aprovado poderá ser considerado anulável por que as deliberações da assembléia-geral serão invalidadas em razão de posterior decisão judicial acerca da existência, quantificação ou classificação de créditos, desde que seja requerido em juiz dentro do prazo de 2 anos.
- c. o plano de recuperação judicial aprovado será considerado válido por que as deliberações da assembléia-geral não serão invalidadas em razão de posterior decisão judicial acerca da existência, quantificação ou classificação de créditos.
- d. o plano de recuperação judicial aprovado será considerado válido, desde que o voto do credor não tenha sido fundamental para a aprovação do plano.
- e. o plano de recuperação judicial aprovado poderá ser considerado nulo por que as deliberações da assembléia-geral serão invalidadas em razão de posterior decisão judicial acerca da existência, quantificação ou classificação de créditos.

6 - Assembleia Geral de credores é um órgão previsto na Lei 11.101/05 com diversas funções e atribuições, entre outras regras.

A esse respeito, avalie as afirmações a seguir.

- (I) A assembleia será constituída de todos os credores do devedor, inclusive os retardatários, desde que existentes no momento do deferimento do processamento da recuperação; **x**
- (II) A assembléia instalar-se-á, em 1ª (primeira) convocação, com a presença de credores titulares de mais da metade dos créditos de cada classe, computados pelo valor, e, em 2ª (segunda) convocação, com qualquer número; **art 37 §2**
- (III) Cabe a assembleia determinar a substituição do administrador judicial e a sua indicação do substituto.
- (IV) Nas deliberações sobre o afastamento do administrador judicial ou em outras em que haja incompatibilidade deste, a assembleia será presidida pelo credor presente que seja titular do maior crédito. **Art 37 § 1**

É correto apenas o que se afirma em

- a. I e II
- b. I, II e IV
- c. **II e IV**
- d. I e III
- e. II, III e IV

7 - O legislador, ao prever na LREF (Lei 11.101/05), o direito do voto na Assembleia Geral de Credores numa ação de recuperação judicial, o fez com critérios muito objetivos, não o estendendo, conforme se pode pensar inicialmente, a todo e qualquer credor da impetração. Porém, àqueles que têm direito ao voto, o mesmo legislador os amparou de todas as formas possíveis.

A esse respeito, avalie as afirmações a seguir.

- (I) Terão direito a voto e serão considerados para fins de verificação do quórum de instalação e de deliberação os titulares de créditos de **leasing**; **não terão direito a voto e não serão considerados**

(II) O voto do credor será proporcional ao valor de seu crédito, inclusive nas deliberações acerca da aprovação do plano de recuperação; **ressalvada nas deliberações sobre o plano**

(III) Os sindicatos de trabalhadores poderão representar seus associados titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidente de trabalho que não comparecerem, pessoalmente ou por procurador, à assembleia. **Certo art 37 § 5**

(IV) Para participar da assembléia, cada credor deverá assinar a lista de presença, que será encerrada no momento da instalação. **Certo art 37 § 3**

É correto apenas o que se afirma em

- a. **III e IV**
- b. I e II
- c. II e IV
- d. I, II e III
- e. I, II e IV

8 - Os enunciados das Jornadas de Direito comercial são referência essencial para julgados e doutrina, além de abrirem novos caminhos.

A esse respeito, avalie as afirmações a seguir.

(I) O magistrado pode desconsiderar o voto de credores ou a manifestação de vontade do devedor, em razão de abuso de direito.

(II) Compete ao juiz deixar de conceder a recuperação judicial ou de homologar a extrajudicial com fundamento na análise econômico-financeira do plano de recuperação aprovado pelos credores.

(III) A homologação de plano de recuperação judicial aprovado pelos credores está sujeita ao controle judicial de legalidade.

(IV) O voto será exercido pelo credor no seu interesse e de acordo com o seu juízo de conveniência e poderá ser anulado por abusividade somente quando manifestamente exercido para obter vantagem ilícita para si ou para outrem.

É correto apenas o que se afirma em

- a. I, II e IV
- b. I e II
- c. II e IV
- d. I, II e III
- e. **I e III**

9 - Como o próprio nome demonstra, o comitê é um órgão colegiado de representação dos credores. Nesta condição, ele deve ser composto por membros que representem os diversos credores abrangidos pelos processos de recuperação judicial e falência.

Desta forma, assinale a alternativa correta:

a. No exercício dessas funções, o comitê atua como órgão colegiado, ou seja, toma suas decisões por maioria, **levando em consideração o valor dos créditos**

b. O juiz pode, de ofício ou a requerimento de qualquer interessado, determinar a suspensão do membro do comitê de credores **destituição art 31**

c. Para que o comitê exerça suas competências, é essencial que ocorra a eleição dos seus membros, o que, a princípio, acontecerá na própria assembleia que deliberar a constituição.

Os membros do comitê de credores devem ser credor devidamente habilitado no processo de recuperação **não precisam ser credores ou possuir qualquer conhecimento técnico**

d. A presidência do comitê de credores cabe ao Administrador Judicial e na sua impossibilidade ao credor com maior crédito.

10 - Quanto ao comitê de credores assinale a alternativa correta:

a. O comitê de credores terá na classe terceira 01 (um) representante indicado pela classe de credores quirografários, **subordinados e com privilégios gerais**, com 2 (dois) suplentes

b. Terá direito a remuneração a ser determinada pelo juiz da causa. **Não tem remuneração**

c. Se trata de um órgão que representa a vontade dos credores, por isso se trata de formação obrigatória **facultativa**

d. **Tem a função de fiscalizar as atividades e examinar as contas do administrador judicial.**

e. Requerer a falência no caso de descumprimento de obrigação assumida no plano de recuperação